

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI/MG
NEAD – NÚCLEO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA
PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

ALENE MARIA DE REZENDE OLIVEIRA
Matrícula 2017200530242

COMO EVITAR QUE COLABORADORAS PÚBLICAS DE UMA AGÊNCIA
BANCÁRIA NA CIDADE DE ARAXÁ/MG RETORNEM DESMOTIVADAS APÓS A
LICENÇA MATERNIDADE

São João Del-Rei/MG
2018

ALENE MARIA DE REZENDE OLIVEIRA

COMO EVITAR QUE COLABORADORAS PÚBLICAS DE UMA AGÊNCIA
BANCÁRIA NA CIDADE DE ARAXÁ/MG RETORNEM DESMOTIVADAS APÓS A
LICENÇA MATERNIDADE

Monografia apresentada para obtenção de créditos
para a conclusão do curso de Pós-Graduação
Especialização em Gestão Pública da Universidade
Federal de São João Del-Rei.

São João Del-Rei /MG
2018

ALENE MARIA DE REZENDE OLIVEIRA

Monografia apresentada para obtenção de créditos para a conclusão do curso de Pós-Graduação Especialização em Gestão Pública da Universidade Federal de São João Del-Rei.

Orientador: Professor Eduardo Sérgio da Silva

COMO EVITAR QUE COLABORADORAS PÚBLICAS DE UMA AGÊNCIA BANCÁRIA NA CIDADE DE ARAXÁ/MG RETORNEM DESMOTIVADAS APÓS A LICENÇA MATERNIDADE

São João Del-Rei, ____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Orientador

Prof. Eduardo Sérgio da Silva

Examinador

São João Del Rei

2018

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, sem ele nada é possível.

Agradeço imensamente meu companheiro de todos os dias, meu marido Paulo, por estar presente a cada momento em que precisei me ausentar para realizar as tarefas e estudos necessários para este trabalho de especialização.

Agradeço meu pequeno Gabriel, por ser tão paciente comigo, sua mãe.

Agradeço também ao meu tutor Denilson, que tão bem nos orientou.

Agradeço a todos os mestres por seus conhecimentos transmitidos.

Por fim, agradeço a cada colega por sua ajuda e companheirismo.

Dedico este trabalho à minha razão de querer ser melhor um dia após o outro: meu marido Paulo, nosso filho Gabriel e a nossa filha Manuela, que já está a caminho.

“Mas em todas estas coisas somos mais que vencedores, por meio daquele que nos amou”.

Romanos 8:37.

RESUMO

Este trabalho começou a partir de um questionamento sobre a falta de motivação que colaboradoras de uma agência bancária de Araxá/MG tiveram após o período de licença maternidade. Atualmente, na atuação profissional feminina, as mulheres se deparam cada vez mais com o desafio de compor demandas familiares e profissionais. Com o nascimento de um filho, as atividades familiares aumentam ainda mais, gerando uma sobrecarga de atividades para a mãe que trabalha formalmente e, além de tudo, cuida de seu filho. Com a ansiedade gerada pela chegada do bebê, acompanhada especialmente pelos desejos e sentimentos que as mães muitas vezes desenvolvem com esta chegada, idealiza-se, contudo, a maternidade. Todavia, esta idealização inicia a ser desfeita da mesma forma que os novos desafios vão aparecendo durante a vida maternal, dentre estes, o retorno ao trabalho. O objetivo geral deste trabalho consiste em promover uma reflexão sobre colaboradoras de uma agência bancária na cidade de Araxá/MG que estão retornando de licença maternidade, visando identificar os motivos que estão contribuindo para a falta de motivação em seu trabalho e, especificamente, após identificados os motivos que geram a desmotivação destas funcionárias, trabalhar cada um separadamente, buscando formas de eliminação destas situações; possibilitar aos gestores o conhecimento sobre este problema e, conseqüentemente, demonstrar a necessidade da criação de procedimentos voltados a ajudar estas funcionárias e demonstrar a importância da motivação dos funcionários na empresa pública, mais especificamente desta agência bancária. Com o desenvolvimento deste trabalho, será possível que a empresa em questão providencie algum tipo de assistência a este grupo em específico, visando, desta forma, incentivar as atuais mães a retornarem com mais prazer às suas atividades desempenhadas antes da licença.

Palavras-Chave: Licença. Maternidade. Desmotivação. Trabalho.

ABSTRACT

The work started from a questioning about the lack of an organization of income banks of Araxá/MG. Today, women are increasingly responsible for the challenge of composing family and professional demands. With the birth of a child, how tasks have grown even more, generating an overload of activities for a mother who works formally, and above all takes care of her child. With that generated by the arrival of the baby, accompanied by the desires and feelings that are as the mothers develop with arrival, idealized, however, motherhood. However, this idealization begins to be undone in the same way that the new challenges are appearing during the mother's life, this one, the return of work. The general objective of this work is to promote a reflection about the employees of a bank branch in the city of Araxá / MG who are returning from maternity leave, in order to identify the reasons that are contributing to the lack of motivation in their work and specifically after identified the reasons that generate the demotivation of functions, the lifestyle, the search of forms of emergency of these situations; the objective of the management of the knowledge about problem and, consequently, to demonstrate the an end of the governing voltage for an active public function and to demonstrate the public identity in the public corporate, older in the public system. With this work, it will be possible for a company in question to provide some type of assistance to a specific group, in order to encourage mothers to receive more pleasure from their activities in participating in the license.

Keywords: License. Maternity. Demotivation. Job.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
1.1 Objetivos.....	12
1.2 Justificativa.....	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 Conceito e Definições Pós-Modernismo	13
2.2 A Mulher e seu Papel na História.....	16
2.2.1 As Mulheres e a Antiguidade	17
2.2.2 Idade Média	17
2.2.3 Idade Moderna e Pós-Moderna.....	19
2.3 A Pós-Modernidade e os Conflitos da Mulher	20
2.3.1 A Maternidade e os Desafios para a Mulher	21
3. METODOLOGIA.....	27
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS	33
APÊNDICE	36

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho começou a partir de um questionamento sobre a falta de motivação que colaboradoras de uma agência bancária têm após o período de licença maternidade.

Segundo Possatti e Dias (2002), com a maior atuação profissional feminina, as mulheres se deparam cada vez mais com o desafio de compor demandas familiares e profissionais, especificamente quando não ocorre estabilização na separação de tarefas de casa entre os membros da família ou não ocorrem formas satisfatórias de apoio profissional e familiar. Com o nascimento de um filho, as atividades familiares aumentam ainda mais, gerando uma sobrecarga de atividades para a mãe que trabalha formalmente e, além de tudo, cuida de seu filho.

Assim, Ramos (2002) afirma que com a ansiedade gerada pela chegada do bebê, acompanhada especialmente pelos desejos e sentimentos que as mães muitas vezes desenvolvem com esta chegada, idealiza-se, portanto, a maternidade. Todavia, esta idealização começa a ser desfeita na medida em que os novos desafios vão aparecendo ao longo da vida maternal, dentre estes, o retorno ao trabalho.

De acordo com Wagner; Predebon e Mosmann (2005), esta situação põe a prova suas habilidades e competências quanto aos cuidados com a criança, visto que, no cenário atual, várias mães necessitam se ausentar em boa parte do dia devido ao trabalho. Desta forma, é necessário que ocorra o desmame, refletindo-se sobre a melhor decisão quanto aos cuidados com o bebê.

Para se ter uma ideia acerca da revolução ocorrida nos últimos anos sobre a volta ao trabalho após a maternidade, em 1976, foi publicado no Brasil um jornal chamado “Nós Mulheres”, e logo na primeira edição, já se comentava sobre quais as aspirações da mulher no futuro, e foi possível verificar que a luta da maioria era por uma sociedade mais igualitarista, tanto para mulheres, quanto para homens.

Assim, conforme Auad (2003), alguns anos logo após esta matéria, constatou-se que ao mesmo tempo em que as mulheres lutavam para alcançar um maior espaço na sociedade, outros avanços relevantes aconteciam, não só na tecnologia como na ciência e, dessa forma, o surgimento de um mundo novo, atual, ocorreu transformando os princípios de trabalho.

Vivemos atualmente a Era da Pós-Modernidade, que tem como características a globalização, o capitalismo inegável, o individualismo, a busca pela felicidade súbita e a tecnologia da informação, onde a aparência tem cada vez mais valor que a essência e o

significado positivo. Assim, os indivíduos são sujeitos na busca por alguém que consiga transformar as suas incertezas em auto seguranças (AUAD, 2003).

Segundo Lima (2007), a mudança dos tempos traz sempre dentro de si a transformação dos princípios que são resultados das novas vitórias do ser humano. Ocorre aí a abdicação de necessidades antigas e a descoberta de novos interesses e necessidades. As mulheres, que tanto lutaram por mais espaço na sociedade, atualmente apresentam-se em conflitos, pois estão sobrecarregadas de atividades, sendo compelidas a viver com um aumento de papéis.

Atualmente, o que é percebido é que o ensino dos filhos está sendo terceirizado. As mulheres estão trabalhando e muitas vezes também estudando para obter novas atribuições e assim, manter sua empregabilidade, de forma que o tempo para a interação familiar fica extremamente prejudicado, aumentando ainda mais a culpa dessa mulher pós-moderna (HARVEY, 1998).

Ao tornarem-se mães, as mulheres acopladas no mercado de trabalho precisam se reorganizar para manter suas atividades profissionais enquanto seus filhos são menores. Quem retorna ao mercado de trabalho profissional, depois da licença maternidade, tendem à autonomia financeira, maior possibilidade de contatos sociais, independência e autoestima (Dantas-Berger e Giffin, 2005). Ao mesmo tempo, como indicam esses autores, as novas demandas para cuidar do filho, somadas às demandas profissionais, podem desencadear desgaste físico e psíquico derivado de temores e carga de tarefas.

Da mesma forma, as mulheres que optam por não voltarem ao trabalho depois do nascimento dos filhos, dedicando-se prioritariamente à vida familiar, podem ter consequências benéficas herdadas pela satisfação em desenvolver o papel de mãe. No entanto, podem se deparar com problemas advindos da adequação ao orçamento menor, em um instante ao qual a família tem outras despesas e também com a diminuição dos contatos sociais (SILVEIRA E BARHAM, 2000).

Tendo em vista as mulheres que optam por aperfeiçoar suas atividades profissionais depois do parto de seus filhos e no período em que estes são menores, a literatura nacional e internacional enfatiza que o mercado de trabalho não proporciona as mesmas oportunidades para mulheres e homens, sendo que aquelas, muitas vezes, não conseguem conquistar uma evolução profissional equivalente à dos homens (CHEUNG E HALPERN, 2010; DINIZ, 1999).

Nesse sentido, as ligações de trabalho ainda se deparam permeadas por perspectivas tradicionais de divisão de trabalho por gênero. O termo gênero é definido por

Heilborn (2004) como um conjunto de características culturais e responsabilidades sociais que interferem na atuação social de mulheres e homens.

Desta forma, Gomes, Diniz, Araújo e Coelho (2007) analisam que gênero é um conceito que emerge como referencial teórico para a análise das diferenças entre o que é aguardado e permitido às mulheres e aos homens em determinado contexto social.

No entanto, Araújo (2005) debate que a palavra gênero vem cada vez mais se desvinculando de situações ligadas a motivos físicos de modificação entre os sexos, passando a referir-se às diferenças nos contextos cultural e social, ocasionando a internalização das funções masculinas e femininas, podendo servir de base para reflexões políticas e sociais dessa questão.

Segundo Gomes (2007), as atividades profissionais e familiares ainda estão organizadas em uma relação de funções pretendidas quanto ao gênero. Dessa forma, espera-se que as mulheres se encontrem mais ligadas ao meio familiar e doméstico do que os homens, despendendo tempo maior ao cuidado, o que é socialmente percebido como reivindicando menor capacitação e, por consequência, menor rentabilidade e reconhecimento em comparação às atividades executadas por homens.

Além disso, quando se inserem ao mercado de trabalho, tendem a assumir cargos que envolvem cuidados de demais pessoas. Ao contrário, espera-se que os homens façam atividades profissionais ligadas ao ambiente público, vistas como de maior atribuição e prestígio, nas quais estão inseridas competências de gerenciamento, poder de decisão e vencimentos mais elevados. (GOMES *et al.*, 2007).

Atualmente, persistem elementos tradicionais em concomitância a comportamentos cada vez mais de última geração, visto que a inclusão da mulher no mercado de trabalho não refletiu mudanças em todas as crenças, necessidades e normas tradicionais que governam a vida na família e no trabalho (POSSATI E DIAS, 2002)

A esse respeito, Brito e D'Acri (1991) consideram que a presença de funções associadas ao gênero seja o elemento principal que leva a relação da mulher ao trabalho doméstico, colocando-a prioritariamente no ambiente privado e distanciando-a do mundo social e político em comparação aos homens. Dessa forma, homens e mulheres, de acordo com esse modelo, foram socializados por suas famílias e reforçados pela cultura para agir de forma a manter as metodologias tradicionais a respeito dos lugares e tarefas direcionadas a cada um dos gêneros (MENEGHEL *et al.*, 2003).

A análise dessa realidade típica de princípios inspirou o objetivo dessa monografia, que busca compreender, através de referenciais teóricos e pesquisa exploratória,

o embate entre a maternidade e o trabalho, que é um tormento por diversas mulheres na sociedade pós-moderna.

1.1 Objetivos

O objetivo geral do presente trabalho é promover uma reflexão sobre colaboradoras de uma agência bancária na cidade de Araxá/MG que estão retornando de licença maternidade, visando identificar os motivos que estão contribuindo para a falta de motivação em seu trabalho.

Como objetivos específicos, é possível destacar:

- Após identificados os motivos que geram a desmotivação destas funcionárias, trabalhar cada um separadamente, buscando formas de eliminação destas situações;
- Possibilitar aos gestores o conhecimento sobre este problema e, conseqüentemente, demonstrar a necessidade da criação de procedimentos voltados a ajudar estas funcionárias;
- Demonstrar a importância da motivação dos funcionários na empresa pública, mais especificamente desta agência Bancária

1.2 Justificativa

O tema definido no presente trabalho será de grande contribuição aos gestores de uma agência bancária na cidade de Araxá/MG, tendo em vista que este assunto é muitas vezes suprimido pelas funcionárias que retornam de suas licenças maternidade. Com o desenvolvimento deste trabalho, será possível que a empresa em questão providencie algum tipo de assistência a este grupo em específico, visando, desta forma, incentivar as atuais mães a retornarem com mais prazer as suas atividades desempenhadas antes da licença.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceito e Definições do Pós-Modernismo

Conforme Harvey (1998), grandes mudanças na qualificação da vida urbana aconteceram a partir de 1970, porém, imputar o nome de pós-modernidade a tais mudanças não seria assertivo. Para este autor, o pós-modernismo simboliza uma reação ao modernismo ou até mesmo, um certo distanciamento dele.

Segundo Tonybee (1954) apud Kumar (1997), a era pós-moderna aponta uma ruptura com a era moderna clássica. Em comparação com a crença no progresso e na razão típica da era contemporânea, a era pós-moderna caracteriza-se pelos sentimentos e crenças de irracionalidade, anarquia e indeterminação. Algumas características estão ligadas ao advento da “sociedade de massa” e da “cultura de massa” em nossa época.

Diversos pesquisadores tais como: Harvey (1998), Kumar (1997), Toynbee (1954), Petrini (2003) dentre outros, ajudaram teoricamente para que haja um maior conhecimento a respeito da pós-modernidade, entretanto, a todo momento salientam que a pós-modernidade é um estado de reflexão e ruptura com a contemporaneidade.

Segundo Petrini (2003, p. 26):

A modernidade firmou-se, no Iluminismo, como saída do homem da menoridade, como autonomia ante as Igrejas e todas aquelas tradições culturais, que constituíram, durante anos, o ponto de referência para homens e mulheres que viveram sob a influência religiosa, política e cultural.

Assim, Auad, (2003) afirma que o Iluminismo teve origem no século XVII, entretanto, se desenvolveu no século XVIII. O nome do movimento se deve exclusivamente ao fato de os filósofos iluministas entenderem que eles levariam “luz” e razão a uma sociedade costumeiramente marcada com as “trevas” da idade média. O objetivo iluminista consistia em melhorar os seres humanos por meio do conhecimento e da cultura.

Auad (2003, p. 39), ainda destaca que:

Os iluministas pregavam o princípio da individualidade, não como algo negativo, mas como possibilidade de perceber que todos os seres humanos deveriam ser considerados em sua própria personalidade, e não apenas como integrantes de uma coletividade. Eles também defendiam que os seres humanos são aptos a pensar por si mesmos, sem que sejam tutelados por uma religião, e aptos a agir na sociedade de modo a garantir os bens necessários para a sua sobrevivência. Isso significa que autonomia era um forte princípio do iluminismo.

Kumar (1997) salienta que a Revolução Francesa no século XVIII foi a primeira revolução contemporânea. Neste instante o conceito de revolução foi remodelado e começou a significar a criação de algo novo, algo jamais visto antes. Para ele, a era contemporânea era vista como fator culminante do desenvolvimento humano, antes então oculto aos olhos dos que dela participavam.

De acordo com Petrini (2003) a contemporaneidade é caracterizada pela atuação do povo, nas tomadas de decisões na vida social, engrandecendo o sistema de democracia e a liberdade de expressão, sendo seu objetivo garantir uma vida com dignidade à condição humana, abandonando as imposições de autoridades extrínsecas e que estão entrando na integralidade da própria individualidade.

Não podemos abordar a contemporaneidade sem citar a revolução industrial. Kumar (1997) enfatiza que foi através desta revolução que a contemporaneidade ganhou sua forma material. Isto ocorreu em parte devido à aceleração do progresso econômico, até um ponto que acabou tomando forma, proporções revolucionárias. O autor salienta que o industrialismo transformou culturas pobres e agrárias em espaços concentrados de poder. A comunicação da revolução industrial era de que nos tempos contemporâneos a única maneira de sobrevivência era se industrializando.

No que se refere ao término da modernidade, Kumar (1997) ressalta que alguns pensadores associam o fim da modernidade à sua estreita relação com o industrialismo. Já Petrini (2003, p.30) enfatiza que:

As grandes visões, elaboradas a partir do Iluminismo e carregadas de otimismo quase messiânico, que vislumbram o advento de sociedades governadas pela racionalidade, encaminhadas para um estágio cada vez mais avançado de progresso científico e técnico, de desenvolvimento social e político, esvaziaram-se e perderam definitivamente a credibilidade.

Desde 1950, vivemos na era da pós-modernidade, diz Bauman (1999, p. 288) referindo-se à transição da modernidade para a pós-modernidade e comenta que a pós-modernidade é a modernidade que atinge a maior idade.

Podemos agora (melhor ainda, estamos preparados para e dispostos a) ter uma visão fria e crítica da modernidade na sua totalidade, avaliar o seu desempenho, julgar a solidez e congruência da sua construção. É isso, em última análise, que representa a idéia de pós-modernidade: uma existência plenamente determinada e definida pelo fato de ser “pós”, posterior, e esmagada pela consciência dessa condição. A pós-modernidade não significa necessariamente o fim, o descrédito ou a rejeição da modernidade. Não é mais (nem menos) que a mente moderna a examinar se longa, atenta e sobriamente, a examinar sua condição e suas obras passadas, sem gostar muito do que vê e percebendo a necessidade de mudança.

Jencks (1989) apud Kumar (1997) comenta que o pós-modernismo é em essência a eclética mistura de qualquer tradição com a do passado imediato: é tanto uma continuação do modernismo quanto sua transcendência.

Para Lemert (2000), em termos bastantes simples, o pós-modernismo se refere ao estranho fato de aspectos históricos do mundo, não relacionados entre si, se acharem hoje embaralhados uns com os outros. O pós-modernismo é algo complexo de compreender. Pós modernistas são os que acreditam que o mundo mudou de alguma maneira difícil de descrever, mas inconfundível, em que as coisas estão fora de ordem, se bem que de uma maneira dotada de sentido. As ordens racionais da vida moderna estão no meio que rearranjadas de modos estranhos e incongruentes, que, não obstante, parecem normais apesar de sua anormalidade.

É preciso diferenciar o pós-modernismo da pós-modernidade, ressalta Lyon (1994). Resumidamente pode-se dizer que, pós-modernismo se refere aos novos fenômenos culturais e intelectuais e, pós-modernidade, se concentra no esgotamento da modernidade e tem a ver com mudanças sociais através do surgimento de uma nova espécie de sociedade. Mas isso não é o foco deste trabalho. Com todas estas mudanças, a maneira de relacionar-se com o mundo foi alterada. Trocou-se a força humana pela máquina, surgindo assim à revolução tecnológica, econômica e social, contribuindo para a consolidação do capitalismo.

De acordo com Jameson (1996) apud Fridman (2000), pós-modernismo e “capitalismo da mídia” são sinônimos. Objetos diversos são transformados em mercadorias, (sejam estrelas de cinema, automóveis, sentimentos ou experiência política) a vida é dedicada ao consumo e os desejos são suscitados pelos meios de comunicação de massa.

Segundo este autor, a sociedade da imagem e a indispensável onipresença da mídia é o ambiente em que se processa uma nova expansão do capitalismo. Jameson (1996) apud Fridman (2000), ressalta que, assim como a industrialização e a urbanização mudaram o ritmo e as feições da vida no século XIX, as linguagens midiáticas alteraram decisivamente os modos de vida atuais. A cultura literária, que antigamente era predominante, foi substituída pela cultura baseada na imagem: televisão, computadores, publicidade. Hoje a arte se mistura

à compra e venda de produtos, através da criação de narrativas que favorecem investimentos imaginários e libidinais dos consumidores em torno das mercadorias.

De acordo com Bauman (1998), os indivíduos na sociedade pós-moderna são formados e orientados a procurar o prazer e acumular sensações, gerando uma crescente procura por “mestres da experiência”, ou de produtos técnicos que possam auxiliar a realçar ou intensificar as sensações.

A era pós-moderna, gerou várias crises em vários aspectos da sociedade. Criou-se um novo perfil de sociedade, onde as mudanças tecnológicas são tão rápidas que anula nosso espírito de transcendência. É uma era de racionalidade, onde o que importa é a competição entre os homens, onde existe uma ética narcisista e onde o mercado regula nossas ações. O homem perdeu, principalmente nos grandes centros urbanos, o sentido de ser um animal social: ele não mais se socializa, ou se socializa de uma forma mínima possível (Lima, 2007).

Ainda assim, Bauman (1998) acrescenta que a pós-modernidade é a era dos especialistas em identificar problemas, dos guias de casamento, dos restauradores da personalidade, dos autores de livros de autoajuda: é a era do “surto de aconselhamento”. A incerteza de estilo pós-moderno não gera a procura da religião e sim de especialistas na identidade. Os homens e mulheres pós-modernos precisam de aconselhamento, alguém que possa transformar as incertezas em auto segurança.

Por fim, segundo Fridman (2000), estamos reaprendendo a viver. A democracia, o trabalho, a distribuição da riqueza, a intimidade, a arte, o divertimento e a vida cotidiana estão sujeitos a novas mudanças. Vive-se um tempo de ameaças e de reconstituição institucional, onde o homem pós-moderno necessita suporte para gerenciar os conflitos relacionados com mudanças desta era pós-moderna.

2.2 A Mulher e seu Papel na História

Segundo Auad (2003), vivemos em uma sociedade que tem sua história construída ao longo de muitos anos. Os valores que adotamos hoje têm raízes profundas nos primeiros tempos em que mulheres e homens começaram a viver em sociedade. O que consideramos ser verdadeiro ou falso, certo ou errado, bom ou mau é resultado de acordos feitos pelas pessoas à medida em que as situações iam surgindo diante delas. Portanto, existem concepções sobre as mulheres que foram se modificando com o passar do tempo, mas, por outro lado, muitas ideias sobre elas ainda permanecem como há muitos anos, e apenas “trocam de roupa”.

Foram séculos de lutas para que hoje as mulheres pudessem votar, frequentar a universidade, participar do mercado de trabalho, decidir se querem ou quando querem gerar um filho, entre outras conquistas. Mas é importante conhecer a história que antecede essas vitórias.

2.2.1 As Mulheres e a Antiguidade

Segundo Auad (2003), na Grécia, as mulheres passavam toda a sua vida dependendo de um homem, que poderia ser seu pai, marido, filho ou tutor. Segundo a autora, as mulheres, no século V, foram excluídas da vida pública e confinadas no interior das casas.

A ideia de uma natureza diferente entre homens e mulheres justificou a separação de papéis e de espaços. Elas eram ensinadas a fazer os trabalhos domésticos e aprendiam superficialmente alguns cálculos, leitura e música.

Para Alvim (2007) a mulher foi historicamente entendida como uma coisa, uma propriedade e não como uma pessoa. Era definida como humilde, sensível, intuitiva, suave, receptiva e passiva e, por estas razões, não poderia assumir o poder.

As funções exercidas pelas mulheres atenienses eram bastante delimitadas. Elas deviam dar continuidade à família concebendo para o marido um descendente legítimo, um filho homem, que daria continuidade aos valores familiares e que cuidaria dos pais na velhice. Portanto, o casamento tinha principalmente a função de prolongar e transmitir os valores e princípios da família e do patrimônio (AUAD, 2003).

2.2.2 Idade Média

Conforme Auad (2003), na idade média, as mulheres, de diferentes camadas sociais, desempenhavam importantes funções e continuavam submetidas aos homens. Portanto, não devemos confundir submissão com falta de ação. As camponesas trabalhavam no campo e as mulheres da nobreza teciam e organizavam a casa.

Assim, Auad (2003, p. 33-34) cita que:

Existem registros históricos de mulheres senhoras de grandes domínios e de papel político de destaque, que chegaram a exercer direitos de senhor feudal. Esse tipo de situação acontecia, geralmente, quando as mulheres se tornavam viúvas ou quando os homens de sua família estavam em guerras.

Na Idade média, mesmo participando da vida econômica, a mulher ainda continuava sendo enxergada como frágil, indolente e luxuriosa. A igreja era a principal responsável por este pensamento.

Existia também uma outra forma de se encarar a mulher, quando ela era considerada um ser de posição superior, pela sua capacidade de gerar filhos e se dedicar à missão que lhe fora designada por Deus, de cuidar dos filhos e servir ao homem, confortando-o e inspirando-o em suas lutas e realizações. Essa visão sobre a mulher era propagada na idade média através do culto à Virgem Maria e do ideal cavalheirismo que transformava a mulher em musa de inspiração para alguns artistas.

Com o surgimento do fenômeno “caça às bruxas”, muitas mulheres foram executadas, acusadas de fazerem bruxarias. Segundo, Auad (2003) para cada dez mulheres, um homem era morto. Significando que esta caça às bruxas foi, na verdade, ataques contra o sexo feminino.

Até o século XVIII acontecia de maneira obscura a repressão e a desvalorização da mulher e de tudo que fosse feminino, apesar de ainda existir o culto à Virgem Maria.

Para Souza e Fagundes (2004), existia uma associação entre o conhecimento feminino e bruxaria. Os saberes que as mulheres acumularam por força de sua relação com os elementos da natureza, como ervas e produtos animais, em decorrência dos afazeres relacionados à alimentação da família e o cuidado com os doentes, desde a mais remota antiguidade, são, até hoje, atribuídos a poderes mágicos e rezas. Frequentemente a ciência oficial “descobre” a eficácia de uma determinada erva no tratamento de uma doença, então, e somente então, o conhecimento é legitimado, não importando por quanto tempo ela vinha sendo utilizada, com sucesso, pelas mulheres “benzedoras”, “bruxas”.

Segundo Auad (2003) importantes filósofos iluministas, como Voltaire, Locke, Kant e Rousseau, percebiam as mulheres como pessoas dotadas de uma razão inferior ou mesmo irracionais.

Rousseau apud Auad (2003, p. 40) salienta:

(...) a mulher só deveria cultivar a razão se essa faculdade pudesse garantir que ela cumprisse seus deveres considerados “naturais”, ou seja, obedecer e ser fiel ao marido e cuidar dos filhos. Para esse importante filósofo, a mulher era incapaz de raciocinar como os homens. O raciocínio voltado para as abstrações e teorias simplesmente não cabia às mulheres. Às mulheres dizia respeito preocupar-se em satisfazer os homens, figuras centrais nas secundárias vidas femininas.

Scott (2005) ressalta que Olympe de Gouges, em 1791, publicou a Declaração dos Direitos da Mulher e Cidadã, proclamando que as mulheres possuem direitos naturais como os homens. Mas os líderes revolucionários acabaram por restringir os ideais da revolução, igualdade, liberdade e fraternidade – aos homens.

2.2.3 Idade Moderna e Pós-Moderna

Conforme Auad (2003) no século XIX, o sistema capitalista se consolida. A maneira de sobreviver e de produzir bens materiais se modifica, e essa diferença na organização do trabalho se aplica em especial à mão-de-obra feminina. Com a participação no mercado de trabalho, as mulheres, juntamente com os homens, construíram uma história de luta por melhores salários e condições de trabalho.

Os anos de 1930 a 1940 representaram um período em que as reivindicações das mulheres haviam sido atendidas. De acordo com Auad (2003), elas podiam votar e ser votadas, ingressar nas instituições escolares e participar do mercado de trabalho. Esse período é marcado pela preparação e explosão de uma nova guerra mundial. Durante essa guerra, valorizou-se muito a participação da mulher no mercado de trabalho, pois era necessário liberar a mão-de-obra masculina para as frentes de batalha. Com o final da guerra e a volta da força de trabalho masculino, a ideologia da diferenciação dos papéis por sexo e da inferioridade feminina foi fortemente reativada. Os meios de comunicação logo se apressaram em veicular mensagens que reforçassem a ideia de que o espaço doméstico cabia à mulher, enfatizando a imagem de “rainha do lar”.

No Brasil, o feminismo, organizado como movimento, nasceu no século XX, com a luta pelo voto. Mas muito antes da década de 1920 as mulheres brasileiras já estavam engajadas nas mais diferentes lutas por melhores condições de vida para mulheres e homens. (AUAD, 2003).

Para Costa (2005) um marco do movimento feminista no Brasil é o ano de 1975. Por iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), este ano foi considerado o Ano Internacional da Mulher. Apesar das dificuldades devido à ditadura militar, a essa altura alguns grupos de mulheres já estavam organizados, tentando combater a repressão política em seus bairros, fábricas e sindicatos.

Apesar dos inúmeros preconceitos de homens e mulheres em relação ao feminismo, foi este movimento que plantou a semente da emancipação da mulher pelo

trabalho fora do lar, pela educação e pela participação em esferas públicas e políticas em geral. (AUAD, 2003).

Segundo Fernandes (2005), essa progressiva conquista do espaço público trouxe para a mulher uma infinidade de ganhos que, como não poderia deixar de ser, exigiu seu preço. Um preço que solicita uma mudança na posição da mulher, o que certamente exige a passagem pelo luto das perdas de garantia das antigas posições.

A mudança traz consigo a transformação dos ideais, que são o resultado das novas conquistas do ser humano no saber sobre si mesmo. Ocorre aí o abandono de interesses antigos e a descoberta de novos interesses e necessidades. No entanto, para as mulheres a mudança dos tempos trouxe também uma ampliação dos ideais. Ou seja, no que diz respeito à sua inserção na cultura, as mulheres confrontam-se hoje não apenas com as transformações dos ideais, mas com um verdadeiro acúmulo deles. É importante ressaltar que muitos conflitos e algumas doenças podem surgir devido a esta relação da mulher pós-moderna com os papéis que ela exerce.

2.3 A Pós-Modernidade e os Conflitos da Mulher

Com a revolução feminina, fruto do movimento feminista, dos métodos contraceptivos, da mulher frequentando a universidade ou participando do mercado de trabalho, entre outras conquistas, o papel da mulher sofreu transformações. Aquela dona de casa exemplar, esposa e mãe dedicada não existe mais, ou se existe, são poucas as mulheres que continuam a desempenhar exclusivamente estas funções. As mulheres foram em busca de novos papéis e de outras atividades. Só não contavam com o fato de que teriam que trabalhar em três turnos. Isto gerou e gera uma situação “estressante” e cansativa. Na realidade, por mais que tenham alguém para cuidar das tarefas domésticas, elas têm a preocupação em administrar o lar, acompanhar o crescimento dos filhos e promover uma relação agradável com o marido.

Segundo Fernandes (2005), a mulher vem tentando lidar com o excesso que caracteriza as demandas do seu cotidiano, resultando daí um verdadeiro acúmulo de tarefas que exige uma elasticidade nunca antes sequer imaginada. O papel da mulher pós-moderna não é nada fácil.

Contudo, Fernandes (2005, p. 4) ressalta que:

(...) na busca de corresponder a amplitude dos ideais próprios de sua época, a mulher pós-moderna precisa ser não só a mulher ideal, mas precisa também ter o corpo ideal. Além de mãe dedicada, compreensiva e bem-humorada, a mulher deve conservar-se sempre jovem. Amante ardente e bem-disposta, apresenta uma tal diversidade de interesses que consegue perseguir, com igual obstinação, os exercícios físicos necessários à manutenção do corpo ideal, assim como seus interesses culturais nos destinos da humanidade. A mulher pós-moderna deve ser realizada e bem-sucedida profissionalmente, além de bonita, bem-cuidada e também economicamente independente.

Devido à sobrecarga de papéis, é comum que a mulher pós-moderna tenha diversos conflitos, pois são apenas 24 horas para exercer com louvor as funções de mãe, mulher, profissional, filha, dona de casa, esposa e cidadã.

2.3.1 A Maternidade e os Desafios para a Mulher

Para Ardaillon (1997) a maternidade transforma o ser. Não há possibilidade de imaginar-se como antes, embora o “antes” seja lembrado para demarcar as diferenças trazidas pelo dia a dia, ou melhor dizendo, o “dia e noite”. As mulheres sentem a maternidade como uma invasão, como uma complexa vivência que perturba os modos anteriores de ser, e que também revela aspectos desconhecidos da própria personalidade. A maternidade é vista como faceta primordial da identidade da mulher.

Nas últimas décadas, a mulher emancipou-se e ganhou destaque socioeconômico, profissional e cultural, mas na grande maioria o instinto materno, a inclinação para ocupar-se de perpetuação da espécie, ainda fala mais alto que todas as suas conquistas. Em virtude deste instinto é que ainda hoje as mulheres sentem-se culpadas por ficar longe dos filhos (Tiba, 1996, p. 48).

O nascimento de um filho exige da mulher uma adaptação à nova vida, que inclui, por exemplo, as demandas do bebê, uma interação conjugal que passa a envolver um terceiro membro e a vida profissional e social com a presença de um ser que depende dela (RAPOPORT e PICCININI, 2006).

Maldonado (1994) aponta os fatores socioeconômicos como uma variável fundamental dentro da complexidade das mudanças provocadas pela vinda do bebê. Numa sociedade em que, principalmente nas áreas urbanas, a mulher costumeiramente trabalha fora, é corresponsável pelo orçamento familiar e cultiva interesses diversos (profissionais, sociais, etc.), o fato de ter um filho acarreta consequências bastante significativas.

Dessa forma, a inserção da mulher no mercado de trabalho modificou a estrutura familiar e tornou os papéis desempenhados pela mesma mais complexos; agora a mulher

possui não só as responsabilidades familiares, mas também profissionais (BARBOSA, PEIXOTO, MEDEIROS E JUNIOR, 2010).

É importante diferenciar a maternidade da capacidade reprodutiva da mulher. Procriar é um potencial biológico natural, é para a mulher, algo sublime, quando assim desejado. Arrais (2005) ressalta que, assumir a criança e tornar-se mãe é um fenômeno que se constitui culturalmente, sendo impregnado pelos ideais predominantes em diversos períodos históricos.

Segundo Chodorow (1990) apud Arrais (2005) define que desde a infância, as meninas treinam o papel de mãe. Elas aprendem que devem ser mães e são ensinadas e preparadas para os cuidados maternos: são vestidas com roupinhas cor-de-rosa, ganham bonecas e brincam de casinha.

A menina cresce aprendendo que a mulher deve ser capaz de enormes sacrifícios, devendo ser sempre amável, tranquila, compreensiva, equilibrada, acolhedora e feminina. E assim aos poucos é construído um ideal, um modelo de mãe perfeita, uma imagem romanceada da maternidade constituída sob um rígido padrão, incapaz de admitir a discussão acerca dos sentimentos ambivalentes, tão presentes nas mães (ARRAIS, 2005).

Conforme Ardaillon (1997), ao tornar-se mãe, a mulher pós-moderna, que interiorizou a maneira de “ser mãe”, entra em conflito, pois a sociedade atual, além de lhe cobrar o papel de mãe dedicada, amável e protetora, lhe cobra também excelência em diversos outros papéis, mas lembrando que o principal papel que a mulher exerce é o materno.

A sociedade define como uma “boa mãe” aquela mulher casada, que não trabalha fora e tem tempo disponível para cuidar dos filhos, ou seja, não pode ser uma profissional. Antes de qualquer coisa, ela é uma mãe (ARDAILLON, 1997)

Segundo Spindola e Santos (2003), a sensação de culpa é um sentimento que está associado ao papel de boa mãe. Esse sentimento está relacionado com a cultura e com o processo de educação e socialização do indivíduo.

Antigamente, ser mãe era mais simples. Existia o certo e o errado, além de que a maior parte das mulheres não precisava se dividir entre o trabalho e o lar. Hoje, os valores são relativos, tudo é questionado e a mãe, para cada decisão, deve julgar as alternativas (SUPLICY, 1984).

Castro (2006, p. 97) ao comentar sobre a mulher-mãe-profissional da pós-modernidade salienta que:

As mulheres, ao tornarem-se mães, desenvolvem aquele tão comentado predado dos polvos. Agarramos muitas coisas ao mesmo tempo. Sofremos, é bem verdade, mas isso não nos paralisa; ao contrário, nos faz correr mais rápido. Porque sabemos que, ou damos conta do recado, ou nos passam para trás.

Para algumas mulheres, a entrada de um bebê em um plano de vida construído com muita dedicação e esforço traz à tona o conflito entre o desejo de ser uma boa mãe e a vontade de estar disponível para dar continuidade a carreira profissional. Ademais, esse conflito parece ser reforçado por uma repressão implícita, no mundo profissional, para mulheres que precisam parar o que estejam fazendo, a fim de terem um filho e, posteriormente, alimentá-lo (BRAZELTON, 1988).

Assim, mesmo as mulheres tendo se inserido largamente no mundo do trabalho, na sociedade contemporânea ainda prevalece a crença de que devem priorizar a família, a maternidade e as atividades do ambiente doméstico (BARBOSA *et al.*, 2010).

Não é por acaso que ser mãe na modernidade suscita sentimento de culpa e frustração e conflitos de identidade, afinal as mães estão habituadas a uma cultura que proíbe a discussão plena da ambivalência materna, da coexistência de sentimentos ambivalentes, natural em todas as mães. O natural passa a ser o sacrifício e o amor irrestrito (AZEVEDO E ARRAIS, 2006).

Se por um lado a maternidade pode interferir no investimento da mulher em sua carreira profissional, por outro, este investimento também pode interferir na experiência e no exercício da maternidade. Azevedo e Arrais (2006) defendem a ideia de que as mulheres de hoje não são preparadas, não tem a mesma disponibilidade e talvez nem o mesmo conhecimento para cuidar de seus filhos como suas mães o faziam. Isso pode ser justificado pelo fato de que, atualmente, há uma série de alternativas disponíveis, além da maternidade, para se realizarem enquanto mulher, tais como a satisfação associada à carreira profissional, à relação conjugal, ao lazer, amizades, etc.

Assim, de modo a conciliar esses diversos interesses e investimentos, é frequente a necessidade de que alguém cuide do bebê quando a mãe retorna ao trabalho após o período de licença maternidade. Desse modo, a creche ou a empregada/babá tem se revelado, muitas vezes, a opção disponível para os cuidados do bebê (RAPOPORT e PICCININI, 2004).

De acordo com Rapoport e Piccinini (2004), a escolha de um cuidado alternativo para um bebê ou criança pequena não é tarefa fácil. Os pais, geralmente, são tomados por dúvidas acerca da melhor forma de cuidado para o filho, além da melhor idade para colocá-lo numa forma de cuidado não-parental.

Visando identificar os motivos e sentimentos de mães de dois níveis socioeconômicos quanto a deixar seus filhos em creche, o estudo realizado por Weber, Santos, Becker e Santos (2006) apontou que, por um lado, as mães percebiam que a decisão (ou necessidade) em deixar o filho na creche trazia consequências positivas, como realização profissional e/ou remuneração financeira e mesmo maior socialização da criança. Ao mesmo tempo, verificaram que o cuidado do filho por terceiros ainda era percebido como inadequado, sendo que esta situação provocava sentimentos de medo e insegurança para a maioria das entrevistadas. No entanto, a intensidade desses sentimentos e a forma com que são vivenciados diferiram entre mães de níveis socioeconômicos distintos.

O sentimento de culpa, por exemplo, pareceu mais evidente entre as mães de nível socioeconômico elevado, apesar de terem reconhecido as qualidades socializadoras da creche (Weber et al., 2006). Já para as mães de nível socioeconômico desfavorecido, trabalhar era uma questão de sobrevivência e não de escolha e, portanto, deixar a criança na creche não gerava tanta culpa. Os autores justificaram essas diferenças a partir do significado que as mães atribuíam à maternidade. Enquanto mães de maior nível socioeconômico tinham grande expectativa em relação à gravidez, mas preferiam desenvolver, paralelamente, sua carreira profissional; as mães de menor nível socioeconômico afirmaram não ter planejado a gravidez e que prefeririam ficar em casa a deixar os filhos em creche, alegando que “os cuidados da mãe são os melhores para o filho (WEBER *et al.*, 2006).

Dessa forma, enquanto para muitos pais o cuidado alternativo se constitui numa exigência por força da necessidade de trabalhar, para outros pode constituir uma opção relacionada à necessidade das mães de terem mais espaço pessoal, ou em função da crença sobre a importância social e educacional do cuidado alternativo, especialmente no caso da creche (Rapoport e Piccinini, 2004). Assim, quando a escolha pela creche ou outro cuidado alternativo está claramente associado à necessidade da mãe trabalhar (mesmo ela sendo mais favorável aos cuidados maternos), parece que as mães tendem a lidar de forma mais tranquila com essa transição.

Além das dificuldades que as mães enfrentam ao ter que escolher uma forma de cuidado alternativo para o bebê, tendo feito essa escolha, precisam adaptar-se à vida dupla: de mãe e profissional. De Meis, Hock e McBride (1986), em um estudo longitudinal envolvendo especialmente mulheres primíparas durante os primeiros meses de maternidade, verificaram que, logo após o nascimento do bebê, tanto mães que optaram por manter-se em atividade profissional, quanto mães que escolheram permanecer em casa, compreendiam a importância do papel materno, devido a fragilidade e vulnerabilidade de seus filhos nesta etapa do

desenvolvimento. Com isto, os autores compreenderam que a experiência de algumas mães que optaram por deixar o bebê para ir ao trabalho pode envolver sentimento de tristeza e culpa ao invés de amenizá-los diante dos benefícios do aspecto financeiro.

Por outro lado, Espíndula e Caetano (2008), em sua pesquisa envolvendo a análise de relatos das trajetórias de vida de mães trabalhadoras, evidenciaram que a mulher passa a ser considerada bem-sucedida quando faz uma interessante articulação entre maternidade e trabalho. Nesse sentido, a atividade profissional é vista como um modo da mulher não estar colocada na posição de mãe integralmente, o que é considerado positivo para muitas mães, já que sentimentos como saudade podem surgir com maior facilidade enquanto estão trabalhando, fazendo com que as mães aproveitem com maior qualidade os momentos em que estão com seu bebê (ESPÍNDULA e CAETANO, 2008).

Porto Alegre (2011) também apontou perspectivas positivas relacionadas a mães que trabalham, transparecendo apoiar que sentimentos de satisfação e realização sejam mais aparentes nestas mulheres.

Talvez os sentimentos de maior satisfação e bem-estar possam estar relacionados às formas de enfrentamento utilizadas pelas mães que trabalham e que possuem grande ênfase em sua carreira. Barbosa *et al.* (2010) analisaram depoimentos de mulheres executivas coletados em reportagens publicadas na revista *Você S/A*, de Janeiro a Dezembro de 2009. Os autores verificaram que a maior parte das mulheres que atuam no mercado de trabalho equilibram a vida profissional com a familiar utilizando estratégias próprias, como planejamento de programas durante a semana, almoços com demais familiares aos domingos, acordar mais cedo para aproveitar o tempo com os filhos, buscá-los na escola quando possível, realizar um horário de trabalho que possibilite ficar parte da manhã com as crianças ou mesmo, dependendo da função, não trabalhar dois a três turnos semanais.

Também há indícios na literatura de que a situação de emprego materno e a rotina da mãe com a criança derivada desta situação pode afetar a forma com que a mãe lida com a separação mãe-bebê durante o primeiro ano de vida da criança. De Meis et al. (1986) destacaram ainda que preocupações relacionadas a esta separação ao longo do tempo aumentaram significativamente para o grupo de mulheres que optaram por ficar em casa, ao contrário das mães que já estavam mais habituadas ao trabalho. Todavia, essa diferença parece não estar relacionada, necessariamente, a uma melhor ou pior qualidade da relação mãe-bebê. A partir de entrevistas com educadoras de creche, Melchiori e Alves (2000) investigaram como era o comportamento dos bebês e adultos no momento de separação e reencontro na creche. As autoras constataram que, mesmo diante da precoce separação mãe-

bebê durante um período do dia, pode haver uma forte ligação entre a mãe e seu bebê, o que foi evidenciado através manifestações de alegria dos bebês quando as mães retornavam do trabalho e da afetividade demonstrada por elas ao reencontrarem seus filhos. Isso ficou aparente principalmente após os 8 meses de idade da criança, sugerindo um padrão de apego seguro.

No entanto, Carter e McGoldrick (1995) retomam ao fato de que ainda as mulheres são consideradas as principais responsáveis pela criação dos filhos, sendo culpadas quando alguma coisa dá errado. Ao encontro disso, Espíndula e Caetano (2008) apontam o papel materno como associado a uma pedagogia do cuidado, sendo a mãe a grande responsável pelo bom desenvolvimento infantil. Desde a infância as meninas treinam o papel de boa mãe, segundo o qual a mulher deve ser capaz de enormes sacrifícios, entre eles ser amável, tranquila, compreensiva, terna, equilibrada, acolhedora, feminina, em tempo integral. Espera-se um ideal, um modelo de mãe perfeita, uma imagem romanceada da maternidade construída ao longo dos últimos séculos, que está alicerçada sob um rígido padrão incapaz de admitir qualquer vestígio de sentimentos ambivalentes nas mães (AZEVEDO E ARRAIS, 2006).

Dessa forma, conforme apontam Rapoport e Piccinini (2006), lamentavelmente, a sociedade ainda mostra certa dificuldade de admitir que, por si só, toda a experiência da maternidade envolve, pelo menos em alguns momentos, situações potencialmente estressantes. Assim, nem sempre a mãe, sozinha, consegue suprir todas as necessidades do bebê, sendo o auxílio da creche, a ajuda do marido e de outras pessoas de sua rede de apoio, importantes tanto para as novas, quanto para as mães experientes. A importância do apoio de familiares, instituições formais e empregados para a mulher grávida e a nova mãe são fundamentais. A presença deste apoio social tende a aumentar a responsabilidade materna, beneficiando o bebê, a relação mãe-bebê e a relação conjugal, especialmente em situações estressantes.

3 METODOLOGIA

A primeira etapa foi a efetivação da pesquisa bibliográfica (periódicos, teses, artigos, monografias e dissertações, por meio da Capes, Scielo e Lilacs), para maior entendimento sobre o problema proposto, bem como buscar identificar por meio do estudo de caso e entrevistas, sobre a reflexão que as colaboradoras de uma agência bancária na cidade de Araxá/MG tem sobre a volta ao trabalho após sua licença maternidade.

A metodologia da pesquisa responde as questões: como? com que?, Onde? Quanto? (MARCONI; LAKATOS, 2001).

O planejamento da pesquisa concretiza-se mediante a elaboração de um projeto, que é o documento explicitador das ações a serem desenvolvidas ao longo do processo de pesquisa (Gil, 2008, p.19), ou seja, as “ações a serem desenvolvidas ao longo do processo” são determinadas e explanadas nesta seção do projeto, a metodologia.

Uma pesquisa exploratória é exatamente o que a situação anterior sugere. O objetivo de uma pesquisa exploratória é familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado. De acordo com Gil (2008), por ser um tipo de pesquisa muito específica, quase sempre ela assume a forma de um estudo de caso. Como qualquer pesquisa, ela depende também de uma pesquisa bibliográfica, apesar de existirem poucas referências sobre o assunto pesquisado.

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Conforme Deslauriers (1991), na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações.

De acordo com Gil (2008), o estudo de caso é caracterizado pelo estudo exaustivo e em profundidade de poucos objetos, de forma a permitir conhecimento amplo e específico do mesmo, tarefa praticamente impossível mediante os outros delineamentos considerados. O autor acrescenta que “o delineamento se fundamenta na ideia de que a análise de uma unidade de determinado universo possibilita a compreensão da generalidade do mesmo ou, pelo menos, o estabelecimento de bases para uma investigação posterior, mais sistemática e precisa” (GIL, 2008, p. 79).

Segundo Yin (2005) trata-se de uma forma de se fazer pesquisa investigativa de fenômenos atuais dentro de seu contexto real, em situações em que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente estabelecidas.

Entretanto, Gil (2008, p. 140) considera a dificuldade de generalização dos resultados obtidos, a limitação mais grave do estudo de caso, ao afirmar que:

A impossibilidade de generalização dos resultados obtidos com o estudo de caso constitui séria limitação deste tipo de delineamento. Todavia, o estudo de caso é muito frequente na pesquisa social, devido à sua relativa simplicidade e economia, já que pode ser realizado por único investigador, ou por um grupo pequeno e não requer a aplicação de técnicas de massa para coleta de dados, como ocorre nos levantamentos. A maior utilidade do estudo de caso é verificada nas pesquisas exploratórias. Por sua flexibilidade, é recomendável nas fases de uma investigação sobre temas complexos, para a construção de hipóteses ou reformulação do problema. Também se aplica com pertinência nas situações em que o objeto de estudo já é suficientemente conhecido a ponto de ser enquadrado em determinado tipo ideal (GIL, 2008, p. 140).

Mas, de forma geral, o estudo de caso visa proporcionar certa vivência da realidade, tendo por base a discussão, a análise e a busca de solução de um determinado problema extraído da vida real. Em verdade, trata-se de uma estratégia metodológica de amplo uso, quando se pretende responder às questões 'como' e 'por quê' determinadas situações ou fenômenos ocorrem, principalmente quando se dispõe de poucas possibilidades de interferência ou de controle sobre os eventos estudados.

Para a realização desta pesquisa, foi realizado um roteiro de entrevistas que foi aplicado de acordo com o Apêndice A, sendo composto por 05 questões, com intuito de saber das colaboradoras, qual as maiores dificuldades encontradas pela mesma após a licença maternidade.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A população selecionada para este estudo consiste em colaboradoras de uma agência bancária situada na cidade de Araxá/MG, que conta atualmente com 40 colaboradores, sendo 23 do sexo feminino. Foram convidadas para participar da pesquisa todas as mães que retornaram de licença maternidade, nos últimos cinco anos, no qual totaliza-se 06 mulheres, entre estas, 05 retornaram ao trabalho e uma acabou deixando de trabalhar para cuidar dos filhos. Assim, apenas 02 (duas) aceitaram e responderam prontamente a pesquisa.

Foi aplicado um roteiro de entrevistas na própria empresa, de acordo com data e horário exigido pelo responsável do estabelecimento. Dessa forma, leva-se em conta a possibilidade de obter um resultado mais objetivo que possa caracterizar o estudo.

Conforme os objetivos deste trabalho, para apresentar as dificuldades encontradas pelas mães na volta ao trabalho, foi elaborada uma pesquisa com 05 (cinco) perguntas, baseadas em situações do dia a dia pelas quais as colaboradoras passam, principalmente em sua rotina diária, visto que muitas vezes ela é responsável também pelo trabalho domiciliar, além de cuidar de seu filho.

Na primeira pergunta, foi questionado às duas entrevistadas se era a primeira gravidez, e conforme resposta, todas responderam que sim.

Conforme Espíndula e Caetano (2008), muitas vezes a percepção da primeira gravidez pode levar a muitas dificuldades, muitas mães acabam largando seu ofício para dedicar exclusivamente ao seu filho, além da falta de apoio no trabalho que muitas colaboradoras sentem.

Na pergunta seguinte, procurou saber das mesmas quais as maiores preocupações que elas tinham durante a gravidez. Conforme resposta da entrevistada 1, ela diz que “Muitas pessoas comentavam que, com o nascimento do filho, existe uma sobrecarga muito grande nos afazeres diários. Me preocupava se eu conseguiria lidar bem com essa nova situação”. Já a segunda entrevistada responde que: “Não sabia se saberia cuidar bem do meu filho quando ele nascesse e também me preocupava como seria o retorno ao trabalho após um período longo sem trabalhar”.

Pode-se perceber que as incertezas geradas por comentários externos ou até mesmo o medo de “não dar conta” dos dois afazeres, fazem com que muitas mães passem momentos de aflição para saber como prosseguir na carreira e não deixar seu trabalho em função da maternidade, é o que ressalta Espíndula e Caetano (2008).

Na questão de número 03 (três), buscou saber sobre as duas entrevistadas: “Qual foi a maior dificuldade que teve quando retornou ao trabalho?”

Assim, de acordo com a entrevistada número 01, a mesma responde que: “Eu enfrentei colegas hostis que consideravam o fato de eu ter solicitado a licença amamentação uma maneira de trabalhar menos que eles. Infelizmente, também não tive nenhum apoio dos gestores diretos sobre me atualizar no trabalho, assim que retornei. Diante disto, me senti “jogada” no meu trabalho, sem apoio dos colegas e também dos gestores.”

Já a entrevistada número 02, cita que: “Não me sentia preparada para voltar. Infelizmente meus colegas de trabalho não foram cordiais, minha gestora direta demonstrava insatisfação por eu estar amamentando meu filho e, por isso, ter o direito de sair mais cedo do trabalho. Também perdi oportunidades de crescimento, já que antes da gravidez eu era uma das mais “cotadas” para substituir gerentes e supervisores e, depois que retornei, essas oportunidades não apareceram mais.”

Pode-se ressaltar que a falta de cordialidade dos gestores neste processo de readaptação, além do mais, previsto por lei, como o fator amamentação, acaba desestimulando as mães a continuarem no processo. É triste verificar como as empresas não apoiam as mães em um momento tão delicado e importante de suas vidas.

Na pergunta de número 04, foi questionado às entrevistadas: “Pensando na sua rotina diária, descreva com quem seu filho (a) fica para que você possa realiza-la?”. Segundo a entrevistada número 01, a mesma “Contratei uma babá para me ajudar durante o tempo que eu estivesse no trabalho”. Contudo, por ser um gasto considerável, ela decidiu que ficaria apenas o tempo em que ela não estivesse em casa, assim, não teria que pagar horas extras. Como consequência, seu dia a dia está bastante intenso, porque necessita conciliar bem o tempo para que consiga se arrumar, ajeitar a casa e ainda chegar sem atrasos no trabalho.

Já a entrevistada número 02 responde que deixa seu filho na creche durante seu horário de trabalho. No resto do tempo, precisa conciliar a atenção a ele junto com os demais afazeres diários. É bastante corrido, mas procura não desesperar.

Percebe-se assim a dificuldade para as mães que acabam não tendo outra alternativa senão deixar seus filhos em creches ou com outra pessoa cuidando, para que somente desta forma consigam realizar seus afazeres. Muitas vezes este sentimento é doloroso demais para elas, pois por mais que já tenham confiança na babá ou na creche, saber que seu filho não está sob a sua proteção é bem complicado.

Por fim, a quinta e última pergunta, procurou saber das entrevistadas como elas analisam atualmente trabalho, família e autocuidado?

Segundo a resposta da entrevistada número 01: “Procuro um equilíbrio entre estes três pontos em minha vida. Mas não é fácil, a correria é imensa e tem momentos que chego a pensar que não darei conta. Tento separar bem o trabalho da família, mas como seres humanos que somos, não consigo me desligar totalmente da família quando estou no trabalho, e também não consigo me desligar do trabalho quando estou em casa. Acredito que se houvesse um apoio melhor da empresa para as novas mães, tudo poderia ser mais fácil. O autocuidado acaba ficando de lado, infelizmente.”

Já a entrevistada número 02 afirma que: “É bem difícil conciliar bem o trabalho com a família e ainda ter tempo para me cuidar, como frequentar uma academia. Atualmente, não faço mais exercícios e me sinto bem cansada a maior parte do tempo. Espero que com o passar do tempo, eu consiga encontrar um equilíbrio melhor”.

Analisando a resposta da entrevistada número 01, este equilíbrio muitas vezes não é possível, devido às preocupações que assombram qualquer ser humano, ou seja, família e trabalho. Já a candidata número 02 reclama da falta de exercícios e, principalmente, tempo para se cuidar, já que não consegue alinhar seu tempo com os cuidados familiares, principalmente no que se refere ao seu filho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De uma forma geral, os resultados apresentados neste estudo indicaram que as mães conseguem lidar de uma certa forma com esta ambivalência inerente ao ajuste entre maternidade e trabalho.

Para tanto, percebe-se que buscaram estratégias para auxiliá-las neste processo, desde aquelas mais práticas, como inserir e adaptar o bebê à sua rotina profissional e colocá-lo numa creche de confiança, ou até mesmo contratar uma pessoa de confiança, que muitas vezes é difícil, para ficar com seu filho.

Assim, as mães puderam adaptar-se à maternidade, sem terem que abdicar completamente de suas necessidades pessoais, o que contribuiu para a manutenção de sua autoestima. Particularidades maternas individuais se apresentaram com certa discrição, não impedindo que, em geral, todas respondessem positivamente, buscando a auto-organização como estratégias de enfrentamento muitas vezes racionais e provavelmente não prejudiciais ao seu psiquismo e a relação mãe-bebê.

Frente a esses resultados, pode-se perceber que novos estudos conseguirão empreender a mesma temática em mães que vivem em condições socioeconômicas distintas, tais como mães que trabalham em tempo integral, porém com menor escolaridade e menor ênfase em suas carreiras; mães que ocupam cargos de alta complexidade e hierarquia; etc.

Da mesma forma, sugere-se que outros estudos possam avaliar o ajuste entre maternidade e trabalho ao longo do desenvolvimento da criança, não somente no final do período de licença-maternidade, e que investiguem conjuntamente o impacto das vivências maternas na relação com a criança.

Finalmente, destaca-se que os resultados do presente estudo podem auxiliar profissionais das mais diversas empresas que atuam com crianças pequenas e suas famílias, no sentido de identificar fatores de risco e proteção tanto para a saúde emocional da mãe, quanto da criança. Nesse sentido, é importante que os profissionais auxiliem as mães a reconhecerem a ambivalência natural da maternidade, suas perdas e ganhos, e a utilizarem estratégias de enfrentamento que a fortaleçam como mulher, bem como garantam a manutenção do vínculo com o bebê. A creche também pode estar atenta a essas questões e favorecer a proximidade da relação mãe-bebê principalmente após o retorno ao trabalho.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Alessandra Da Rocha. **As configurações subjetivas da depressão pós-parto: para além da padronização patologizante.** 2005. Dissertação de Doutorado de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, 2005.

ARDAILLON, Danielle. **O salário da liberdade.** São Paulo: Annablume, 1997.

AUAD, Daniela. **Feminismo: que história é essa?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

AZEVEDO, K.R; ARRAIS, A.R. **O mito da mãe exclusiva e seu impacto na depressão pós-parto.** *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(2), 269-276. 2006.

BARBOSA, M.B., PEIXOTO, N.E.S., MEDEIROS, C.R.O. & JUNIOR, V.M.V. **Carreira, vida familiar e vida profissional das executivas: tensão e conciliação.** VII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BRAZELTON, T.B. **O desenvolvimento do apego: uma família em formação.** Porto Alegre: Artes Médicas. 1998.

CARTER, B., MCGOLDRICK, M. & COLABORADORES. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar (2ª ed.).** Porto Alegre: Artes Médicas. 1995.

CASTRO, Inês de. **Mamãe vai trabalhar e volta já.** São Paulo: Original, 2006

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política.** 2005. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys7/liberdade/anaalice.htm>. Acesso em: 01 julho 2018.

DE MEIS, D.K., HOCK, E. & MCBRIDE, S.L. *The balance of employment and motherhood: longitudinal study of mothers' feelings about separation from their first-born infants.* *Developmental Psychology*, 22(5), 627-632. 1986.

ESPÍNDULA, M.L. & CAETANO, N.H. “**Vida de equilibrista**”? Relações entre trabalho e maternidade. IX Jornadas Nacionales de Historia de las Mujeres, IV Congreso Iberoamericano de Estudios de Género. Argentina. 2008.

FERNANDES, Maria Helena. **A mulher-elástico**. 2005. Disponível em: http://www.estadosgerais.org/encontro/IV/PT/trabalhos/Maria_Helena_Fernandes.pdf. Acesso em: 08 jul. 2018.

FRIDMAN, Luis Carlos. **Vertigens pós-modernas: configurações institucionais contemporâneas**. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2000.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar , 1997 (trad. Ruy Jungmann).

LEMERT, Charles. **Pós-modernismo não é o que você pensa**. São Paulo: Loyola, 2000.

LIMA, Marco Antunes de. **Pós-modernidade e teoria da história**. 2007. Disponível em: <http://www.klepsidra.net>. Acesso em: 20 julho . 2018.

LYON, David. **Pós-modernidade**. São Paulo: Paulus, 1994.

MALDONADO, M.T.P. **Psicologia da gravidez** (13ª ed.). Petrópolis: Vozes. 1994

MELCHIORI, L.E. & ALVES, Z.M.B. (2000). **Comportamento de bebês em situações de separação e reencontro com os pais, na rotina diária da creche**. Paidéia, 51-59.

PETRINI, João Carlos. **Pós-modernidade e família: um itinerário de compreensão**. São Paulo: EDUSC, 2003.

PORTO ALEGRE, A.C.M.P. **Expectativas profissionais após a maternidade.** Monografia de Especialização não publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2011

RAPOPORT, A. & PICCININI, C.A. **A escolha do cuidado alternativo para o bebê e a criança pequena.** Estudos de Psicologia, 9(3), 497-503. 2004.

SCOTT, Joan W. **O Enigma da Igualdade.** 2005. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/381/38113102.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2018.

SUPLICY, Marta. **A condição da mulher.** 5.ed. São Paulo: Brasiliense , 1984.

TIBA, Içami. **Disciplina, limite na medida certa.** São Paulo: Gente, 1996.

WEBER, L.N.D., SANTOS, C.S.D., BECKER, C. & SANTOS, T.P. **Filhos em creche no século XXI e os sentimentos das mães.** Psicologia Argumento, 24(44), 45-54. 2006.

APÊNDICE**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS**

1) Sobre sua gravidez, foi a primeira?

() Sim

() Não

2) Que preocupações você tinha durante a gravidez?

3) Qual foi a maior dificuldade que teve quando retornou ao trabalho?

4) Pensando na sua rotina diária, descreva com quem seu filho (a) fica para que você possa realiza-la?

5) Como você analisa atualmente Trabalho, Família e autocuidado?
